O TRABALHO DAS DOCENTES SUBSTITUTAS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA NO CONTEXTO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Tailane Ferreira da Silva[1]

RESUMO
O presente artigo faz uma síntese da discussão realizada no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em 2017, no curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA, que teve como objeto de estudo, o trabalho das docentes substitutas do curso de serviço social da Universidade Federal da Bahia no contexto da precarização social do trabalho. Tal discussão parte da vivência como discente do curso de Serviço Social da UFBA, onde pudemos perceber a dinâmica intensa do trabalho docente nas universidades públicas, sobretudo, das docentes substitutas. Nesta direção, buscou-se compreender, a implantação dos processos de reestruturação produtiva nas instituições de ensino federais – IFES e consequentemente as mudanças ocorridas na organização do trabalho docente dentro dessa instituição, particularizando o trabalho das docentes substitutas. Para isso, buscou-se compreender o cotidiano dessas docentes e as formas de precarização do trabalho em que estão inseridas.

Palavras-chave: Precarização do Trabalho. Docente Substituto (a). Universidade.

This article summarizes the discussion Course Conclusion Work, in 2017, in the Social Service course at the Federal University of Bahia, which had as its object of study, the work of substitute teacher of the Social Service course at the Federal University of Bahia in the context of the social precariousness of work. This discussion comes from the experience as a student of the Social Work course at UFBA, where we can assess the dynamics of teaching work in public universities, especially of substitute teachers. In this direction, we sought to understand the implementation of processes to determine production in federal educational institutions – IFES and consequently how changes occurred in the organization of teaching work within that institution, particularizing the work of substitute teachers. For this, we sought to understand the daily lives of these teachers and as ways of precariousness of the work in which they are inserted.

Keywords: Precariousness Work. Substitute Teacher. University.

1 INTRODUÇÃO

[1] Assistente Social formada pela Universidade Federal da Bahia. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Bolsista FAPESB. E-mail: tailaneferreira@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo trazer uma síntese da discussão realizada no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em 2017, no curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia. No qual, teve como foco principal a situação de trabalho vivenciada pelas docentes substitutas do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA, no contexto atual do mundo do trabalho. As motivações que nortearam a escolha desse estudo surgiram a partir das observações feitas na condição de aluna do curso de Serviço Social da UFBA quanto à situação das docentes substitutas, sendo possível perceber a particularidade desta condição com relação aos professores efetivos.

A UFBA é uma das maiores universidades do Brasil, estando em 1º lugar como melhor universidade do Nordeste, em 16º lugar no Brasil e a 26º melhor universidade da América-Latina, de acordo com o Ranking a *Times Higher Education Latin Amarica*1. De acordo com dados do "UFBa em números -2020", tem em torno de 38.727 discentes de graduação; 10.681 de pós-graduação; 2.865 docentes (*permanentes, visitantes e substitutos)* e cerca de 3.076 servidores técnicos-administrativos (efetivos e terceirizados)2. A UFBa conta com 101 cursos presenciais de graduação, 05 cursos de graduação à distância, 69 cursos de mestrado acadêmico,15 cursos de mestrado profissional, 58 cursos de doutorado e 41 cursos de especialização.[2]

Em 2007 a UFBA aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI)[3], com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de graduação bem como a quantidade de vagas.

Nessa conjuntura, o quadro docente segundo dados do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2012- 2016[4] também estava propício a ampliação. A universidade atingiu um alto percentual das vagas disponíveis previstas

[2] Dados obtidos a partir dos documentos disponibilizados pela Universidade Federal da Bahia, intitulados "UFBA EM NÚMEROS" disponível em: https://proplan.ufba.br/estatisticas/ufba-em-numeros.
[3] O Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), tem como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. (Decreto nº 6096 de Abril de 2007)
[4] PDI UFBA 2012-2016. Disponível em: https://proplan.ufba.br/documentacao-legislacao/pdi, acessado em Junho/Julho 2021.

no REUNI, no entanto, o quadro de professores vinha sofrendo um decréscimo nas últimas décadas, sendo insuficiente para cumprir os objetivos propostos aos novos cursos. Até 2011 a UFBA tinha um total de 2.296 professores, destes, 287 eram substitutos para um número de de 31.840 alunos.

Nesse cenário, o curso de Serviço Social é implementado na UFBA no ano de 2009. Um curso novo, majoritariamente feminino (no que se refere aos discentes e docentes) e enfrentando inúmeros desafios, com um quadro de docentes bastante reduzido e um grande número de estudantes a cada ano.

Todas essas mudanças ocorreram no contexto mais amplo da expansão do ensino superior no Brasil. E essas transformações das universidades públicas federais caminhavam junto de um cenário político e econômico que ao mesmo tempo que buscava expandir os cursos das universidades públicas, aumentava o número de faculdades privadas. No que se refere à atividade dos trabalhadores destas instituições, de um modo geral, no contexto das mudanças nas políticas educacionais, a tendência foi o enxugamento quantitativo de professores e funcionários públicos em relação ao aumento do número de alunos que ingressaram nos novos cursos das universidades, precarizando a formação superior e o trabalho docente.

É nesse cenário de reformulações e transformações econômicas e sociais nas últimas décadas do século XX, principalmente a partir da década de 1970 com a crise do capital e do modelo de produção taylorista/fordista e, com a configuração do modelo flexível de produção, que passa a ser a marca da forma de organização do trabalho (Harvey, 1992), que também pode ser chamada de “acumulação flexível” a qual, segundo Harvey:

> Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1994, p.140)

Este processo resultou em vínculos precários, e contratações temporárias e/ou subcontratados e/ou informais, desencadeando uma precarização social do trabalho. Para Druck (2011), esta situação pode ser caracterizada pela junção entre

precarização econômica e precarização da proteção social. A face econômica desta precarização é constituída pelo desemprego em massa e as formas de subcontratação. E a segunda, a precarização social, é originária das mudanças da legislação social do trabalho. Assim, a precarização tende a disfarçar suas características de forma "educada", "normalizada", como se houvesse um consenso em torno da precarização, legitimando os empregos desvalorizados, precarizados, dando um molde mais apresentável, diferentemente de outras épocas da sociedade do capital.

Todas essas modificações do mundo do trabalho refletem também no funcionamento dos setores públicos e, portanto, das universidades públicas federais brasileiras já que elas estão inseridas no contexto do ensino superior no Brasil, conformando numa lógica de política educacional marcada pelo neoliberalismo[5]. Nesta perspectiva, atenta-se à um viés de transformação dos direitos sociais em direito do consumidor, ou seja, na lógica de livre mercado, onde tem que pagar para consumir, constituindo-se, assim, na década de 1990, um grande número de instituições de ensino privadas. O que leva à um grande sucateamento das universidades públicas federais, aumentando também a deterioração das condições do trabalho docente, além das novas formas de contratação, como a subcontratação.

O contexto do neoliberalismo e seus impactos no Brasil produziram um quadro bastante complicado no sistema educacional superior. Segundo Leda (2015), já nos governos de Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) começaram a ocorrer processos de privatização do Estado que refletiram na educação superior pública, como a redução de concurso para docentes e a chamada reforma administrativa[6]. Este processo levou alguns docentes a requererem a aposentadoria precipitada para manter seus direitos assegurados, além de grande parte deles

[5] O Neoliberalismo é um conjunto ideológico que começou a se difundir no mundo no século XX a partir das teses defendidas pelo economista F. Hayek. O neoliberalismo é compreendido a partir de uma concepção de homem competitivo e calculista e uma sociedade que dá os meios para que o indivíduo realize seus objetivos particulares. Além disso, o neoliberalismo sustenta a lógica de diminuição do Estado e suas intervenções na economia. (NETTO, J. P.; BRAZ, M. 2012)

[6] Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf, acessado em 25/09/2016.

solicitarem afastamento para especialização, visando a maior qualificação, exigida no âmbito da formação superior, precisando então se afastar da academia.

Para suprir essas lacunas de docentes efetivos, foi realizado a subcontratação de professores então denominado de "substitutos", antes chamados de aulistas e/ou horistas. Os docentes substitutos são regulamentados pela Lei nº 8.745/19937[7], pelos decretos Decreto nº 7485/20118[8], Decreto nº 8.259/20149[9], que visa a contratação de docente substituto para: suprir falta de professor de carreira nos casos de exoneração ou demissão, aposentadoria, falecimento, licença ou afastamentos obrigatórios. Segundas tais legislações, estes, podem ser contratados para 20 horas de trabalho semanais e/ou 40 horas, com tempo de doze meses, podendo ser prorrogado para dois anos, e não podendo tal vinculação extrapolar 20% do quadro de docentes efetivos.

Contudo, algo que seria temporário, foi sendo enraizado, visto que os docentes substitutos requerem menor investimento, custando pouco para a instituição, o que justifica ainda mais o projeto neoliberal do Estado mínimo acatando os moldes capitalistas.

2. As transformações do mundo do trabalho e seus desdobramentos para a educação superior e o trabalho docente.

O trabalho é a habilidade do homem de transformar a natureza. Diferentemente de algumas espécies de animais que trazem pré-estabelecido suas funções determinadas geneticamente para garantir sua sobrevivência bem como a reprodução da espécie – como por exemplo, as abelhas quando constroem colmeias, ou os pássaros quando arquitetam seu ninho – o homem não nasce com uma função estruturada, ele se molda a partir do trabalho, superando a esfera biológica no que tange principalmente a reprodução (Netto e Braz, 2012).

[7] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8745cons.htm, acessado em 26/09/2016
[8] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Decreto/D7485.htm> acessado em 26/092016
[9] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2014/Decreto/D8259.htm> acessado em 26/09/2016

> O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe movimento as forças naturais do seu corpo – braços, pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 1818-1883, p. 211)

A categoria trabalho sofre distintas modificações, lado a lado com o processo histórico do homem e das sociedades. As mutações no mundo do trabalho constituem transformações densas nas relações sociais de produção e na própria sociabilidade humana. Porém, o trabalho permanece como categoria central de análise da materialidade histórica dos homens pois, é a forma mais objetiva e simples deles produzirem o mundo e se reproduzirem, se organizando em sociedade. Deste modo, partimos do pressuposto de que a base das relações sociais são as relações sociais de produção e as formas organizativas do trabalho.

Nas últimas duas décadas, a sociedade contemporânea vem vivenciando inúmeras transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, composto de um caráter destrutivo e voraz, têm ocasionado, em meio a tantos aspectos danosos, um imenso desemprego, precarização social do trabalho e uma degradação crescente, na relação entre homem e natureza.

A precarização do trabalho se concretiza na imposição de condições de trabalho e empregos precários, haja vista a crescente iminência de desemprego estrutural fruto do capitalismo crescente em todo mundo. A ameaça do desemprego determina a subordinação do trabalhador em qualquer trabalho, a julgar que, para o trabalhador “ter qualquer emprego é melhor que não ter nenhum. ” (Druck, 2011)

De acordo com Antunes (2011, p. 36) a precarização está intrinsicamente interligada as novas configurações que o mundo do trabalho vem adotando ao longo do tempo, a partir das sucessivas crises estruturais do capital que sucumbe e tendência novos tipos de trabalhos e de vida. Essas variações são resultantes de processos já citados anteriormente neste estudo, como o: padrão produtivo

taylorista/fordista, substituído pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentada, chamada também de acumulação flexível e toyotismo.

Antunes (2000, p. 24) afirma que o toyotismo adentra e substitui o modelo fordista antes dominante, visando formas transitórias de produção no âmbito do direito dos trabalhadores, direitos esses que, são desregulamentados, flexibilizados de forma que se molde as novas fases do capital. O autor ainda afirma que, um elemento essencial do toyotismo é, além da flexibilização do processo produtivo, a flexibilização do trabalhador, ou seja, exigindo um trabalhador polivalente, multifuncional.

Nesse cenário de inúmeras modificações no mundo do trabalho que trazemos o cenário das universidades federais brasileiras a partir da década de 1990, de forma breve, no entanto perpassando por informações cruciais para compreender a universidade no contexto atual.

As reformas implementadas pelo ajuste global do capitalismo, tenderam à abertura total do mercado e a reorganização do espaço social, observando-se então uma nova configuração do espaço público e privado. Essa nova configuração, afetou pontualmente a educação, principalmente a educação superior. Nessa perspectiva, a partir de 1990 o Brasil passa por grandes transformações advindas da Reforma do Estado Brasileiro, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Nessa época, os defensores da reforma defendiam que estava alicerçada na constituição de uma “administração pública gerencial”, que visava melhorar a gestão e o controle público do Estado, ou seja, um estado gerencial, enxugando os gastos, e assim, superando a crise instaurada no país.

De acordo com Alves (2011) para implementação dessa reforma, a primeira iniciativa adotada foi criar a Secretária de Administração e Reforma Federal, chamada posteriormente de Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que foi comandado pelo então ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, considerado o *pai* da Reforma Gerencial da Administração Pública de 1995.

De acordo com Filgueiras (2006), a reforma do Estado Brasileiro não terminou no governo FHC, esse modelo neoliberal foi mantido também nos governos Lula (2003-2010), principalmente quando implementou “uma reforma da previdência dos servidores públicos e sinalizou para uma reforma sindical e das leis trabalhistas”

(FILGUEIRAS, 2006, p. 186). A chamada “Reforma do Aparelho do Estado” no Brasil, na realidade, se configura em uma Contrarreforma do Estado brasileiro (Behring, 2008), levando em consideração que, apesar de simbolizar um verniz progressista, reflete em origem, cortes de direitos sociais.

Neste contexto, a educação segundo Chauí (2003, p. 06), passa ser vista como serviço não exclusivo do Estado, o que significa dar a educação uma nova roupagem, passando de um direito à um serviço.

A partir do momento que a educação se torna um serviço não exclusivo do Estado, há uma intensa expansão da oferta de ensino superior pelo setor privado. Além disso, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) foi fator basilar para favorecer o crescimento do setor privado na educação superior, principalmente por meio da flexibilização, diversificação das Instituições de Ensino Superior – IES, além do financiamento destas com recurso público. Desse modo, em meados da década de 1990, o acrescente número de vagas no ensino superior e, consequentemente, maior número de matrículas, corroborou para uma maior mercantilização das IES privadas.

Os processos de mudanças do cenário político, econômico e social que trouxeram vários rebatimentos na educação superior, acarretaram também desmedida modificações na vida e no trabalho docente, haja vista que não apenas o ensino superior é mercantilizado, mas a força de trabalho docente também.

No que concerne a reforma da educação superior, nos anos 2000 a expansão passa a priorizar as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, através de contratos de gestão, cujo as universidades para receber recursos para sua manutenção necessitariam pactuar metas com o poder público, com o propósito de assim acrescer o número de vagas. Contudo, essa “nova reformar” não abandona as suas raízes fincadas no neoliberalismo, mas, aprofunda cada vez mais no que se refere à administração pública e em decorrência disso, traz implicações sociais, considerando-se que as instituições públicas passam a versar pela lógica privatista.

A reforma do IFES foi concretizada a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído já no Governo Lula (2003-2010), por meio do Decreto Presidencial nº 6.096 de abril de

2007. Consoante o aludido decreto, o REUNI objetiva “criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, p. 1).

A inserção do REUNI se deu por meio a muitas contradições que não cabe a esse estudo pautar de forma profunda, mas ressalta-se que o que o REUNI traz por meio do decreto acima citado, é o número de contração de docente e ampliação do quadro de pessoal. Contudo segundo o Ministério da Educação (2012) ocorreu um crescimento na contratação de docentes nas IFES após o REUNI, mas esse aumento não foi equilibrado ao aumento das vagas e números de estudantes ingressos.

É nessa mesma perspectiva que a Universidade Federal da Bahia, como universidade pública, está intrinsecamente inserida; vivenciando e se reformulando junto a esse cenário de reconfiguração das universidades, como já supracitado.

Nos últimos anos, a UFBA passou por demasiadas transformações principalmente em virtude da implementação do REUNI, em 2008. De acordo com Bleicher; Fadul et. al. (2013, p. 16) a UFBA teve papel importante na constituição do REUNI, tendo em conta que a elaboração do programa é secundária a proposta da Universidade Nova, elaborada pelo reitor da UFBA na época, Naomar Monteira Filho. Nesse sentido, além das modificações estruturais da UFBA, seu quadro funcional (docentes, discentes, técnicos administrativos) também sofreram os impactos de tais modificações a partir do REUNI.

Em relação ao trabalho docente, em 2011 a UFBA apresentava cerca de 2.296 professores, de acordo com a Relação dos Professores do Magistério Superior[10], podendo-se observar que na sua grande maioria trabalham em regime de dedicação exclusiva (DE). Neste contexto, Bleicher; Fadul (et. al. 2013, p.17) ressaltam que, o regime de 40 horas semanais é considerado excepcionalidade visando atender as áreas acadêmicas que tenham “necessidade”.

Desta maneira, e de acordo com informações anteriormente referenciada, o REUNI quando implementado nas IFES traz perspectiva de aumento, tanto das instituições, como do quadro funcional das universidades. No entanto, para cada

[10] Disponível em: http://www.cgp.ufba.br/docentes.asp acesso em 12 de julho de 2017.

percentual de aluno, seria necessário um quantitativo de professor para que assim houvesse equilíbrio.

No entanto, o número de docentes efetivos ainda é inferior quando relacionada ao acréscimo do número de ingressos dos estudantes, ocasionando certamente, uma sobrecarga para os professores. Outro fator que é possível visualizar é a diminuição do número de pessoal técnico administrativo. Segundo Bleicher; Fadul et. Al. (2013, p. 20) ocorreu que, “as atividades administrativas tenham se tornado mais numerosas para os professores, uma vez que puderam contar com menor número de técnico administrativos para gerir uma universidade com maior número de cursos”.

Nesse sentido, podemos perceber que há uma crescente precarização do trabalho docente, pois suas tarefas tendem a ser flexibilizadas (como por exemplo, além do trabalho como docente, o professor realiza trabalho administrativo) influenciando dessa maneira, no tempo de trabalho desses professores.

Apesar da diminuição do número de docentes não efetivos na UFBA, salientamos que sua existência intensifica o que chamamos de “trabalho precarizado” e esse tipo de vínculo só reafirma a proposta de flexibilização das instituições publicas favorecendo a implementação e a permanência desses tipos de contratos.

No que tange os professores substitutos, compreendemos que há distintas particularidades, sendo que os impactos da precarização do trabalho os atingem de forma mais cruel, principalmente por conta da fragilidade dos vínculos contratuais e das atividades que lhes são exigidas.

Sobre esta realidade, Leher & Lopes; (2008 p. 1) retratam:

> A proliferação de professores substitutos cujo trabalho é pessimamente remunerado, desprovido de direitos trabalhistas, pressupõe longas jornadas de trabalho (docentes jovens requerem mais tempo para preparar os cursos), em prejuízo de seus cursos de pós-graduação. Ademais, o trabalho desses professores é centrado na sala-de-aula, desvinculado da pesquisa e da extensão, assim como as decisões sobre a instituição

Outro aspecto que pode ser constatado é a necessidade de obter novos conhecimentos para implementar o currículo e manter-se ativos no mercado de trabalho, haja vista a crescente iminência de desemprego estrutural fruto do capitalismo flexível. Essa ameaça de desemprego acaba por determinar a

subordinação do trabalhador em qualquer trabalho. Além disso, o fato de serem, em sua maioria, docentes jovens, abre brechas para se sujeitarem a trabalhos cada vez mais precarizados em busca de experiência necessária à vida e a carreira.

3 CONCLUSÃO

A partir das discussões realizadas no TCC, e dos dados obtidos na pesquisa de campo, pudemos evidenciar que, o trabalho é a categoria fundante do ser social; que a reestruturação produtiva, vigente na sociedade capitalista atualmente como modelo de produção, tem ocasionado diversos impactos no mundo do trabalho, entre eles, podemos destacar a precarização das condições de trabalho, flexibilização das relações trabalhistas, contratos temporários e etc.

Foi possível perceber que as universidades brasileiras (em particular a UFBA) desde os anos 1990, vem sendo submetidas a um processo de mercantilização, e como consequência, à exigência de produtividade crescente dos docentes, intensificação das horas de trabalho, flexibilização e precarização.

Nesse sentido, a precarização e intensificação do trabalho atinge de forma gradual os docentes efetivos e substitutos das IFES. Mas, no que tange os professores substitutos, compreendemos que há distintas particularidades e os impactos da precarização do trabalho os atingem de forma mais cruel, principalmente por conta da fragilidade dos vínculos contratuais e das atividades que lhes são exigidas.

No desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, foi possível articular uma boa compreensão acerca do trabalho das docentes substituta do curso de Serviço Social, levantando elementos relativos à forma de inserção destes trabalhadores na universidade, suas condições de trabalho e quais impactos esse vínculo instável (de subcontratação) trouxe para suas vidas.

É importante ressaltar que este estudo não se esgota ao defender o TCC. Logo que, durante o percurso da pesquisa, foi possível perceber a necessidade de dar continuidade à argumentação e análise deste estudo, haja vista que os dados encontrados e discutidos não fazem parte apenas da realidade do curso de Serviço Social, mas também de outros cursos, principalmente àqueles oriundos do REUNI. E além disso, se debruçar sobre essa temática faz-se necessário na medida em que se

trata de uma realidade crescente nas Universidades. Trazendo à tona uma problemática que está em ascensão: a situação de fragilidade na qual se encontram as Universidades brasileiras no atual momento. Por conseguinte, o trabalho do docente está em constante ameaça e cada vez mais sujeito a debilitação neste contexto de transformações do mundo do trabalho.

Desta maneira, demos continuidade a tais discussões e análises de forma mais aprofundada, das questões aqui apresentadas, além de abordar outras perspectivas e categorias, agora, na dissertação de mestrado.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade:** o espirito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório, São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVES, F. F. **A reforma do Estado nos anos 90 e sua influência na autonomia das universidades públicas federais brasileiras**. São Paulo: 25º Simpósio Brasileiro de Políticas e Administração da Educação, SP, 2011. Disponível em: http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0193.pdf. Acesso em: 17 de ago. 2017

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho:** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**.** São Paulo: Cortez, 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho.** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho do mundo do trabalho. 16ª Edição, São Paulo, Cortez, 2015

_____. Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil III. Organização, Ricardo Antunes. 1ed, São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Bomtempo, 2005.

_____. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. Ricardo Antunes (organizador), São Paulo: Boitempo, 2006.P. 461-474.

ANTUNES, R.; PINTO, G. A. **A fábrica da educação:** da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017. – (Coleção questões da nossa época); v. 58)

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ºed. – São Paulo: Cortez, 2008.

BOSI, A. P. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n.101.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 07/2017

BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil:** para uma interpretação da América Latina. São Paulo: Ed. 34, 1996

CEOLIN, G. F. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014

CHAUÍ, M. **A universidade operacional.** 1999. Disponível em: Acesso em 20 maio. 2011

_____. **Escritos sobre a Universidade.** Editora UNESP: São Paulo, 2003

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. Traduação Mariana Echalar. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho:** estudo de psicopatologia do trabalho. Trad. Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez, l992.

DRUCK, G. **Flexibilização e Precarização:** Formas Contemporâneas de Dominação do Trabalho. In: Caderno CRH. Salvador, n.37, p.11-22, jul/dez, 2002.

_____.**Trabalho, precarização e resistências:** Novos e velhos desafios? Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011. Disponível em: www.scielo.br; Acesso: 12/11/2015.

FILGUEIRAS, L. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico.** En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 202 p. ISBN: 8522422702. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

LEDA, D. B. A precarização do trabalho na universidade pública e suas repercussões na subjetividade do professor substituto. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, n. 20, julho/dezembro de 2015

LEDA, D. B.; MANCEBO, D. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação e Realidade**, n. 34.

LEHER, Roberto; LOPES, Alessandra. **Trabalho docente, carreira e autonomia universitária e mercantilização da educação**. 2008. Disponível em http//www.fae.ufmg/estado/cdrom-seminário-2008/texto/ponencia/Roberto Leher.PDF, Acesso em: 20 ag. 2017

LESSA, S. **Mundo dos homens:** trabalho e ser social. 3ª edição, São Paulo, 2012.

_____.. **Para compreender a ontologia de Lukács**.4ª edição, Maceió: Coletivo Varedas, 2016.

LIMA, D. G.; LIMA, R. L. A precarização do trabalho docente no contexto da universidade operacional e suas inflexões na condição do professor substituto. **Universidade e Sociedade.** ANDES-SN, julho/2017. Acesso: 08 de agosto 2017

LIMA, K. **Expansão da Educação Superior Brasileira na primeira década do novo milênio**. In: PEREIRA, L.D.; ALMEIDA, N.L.T.A. Serviço Social e Educação. Coletânea Nova de Serviço Social, Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2012.

MANCEBO, D. **Reforma da educação superior no brasil:** análises sobre a transnacionalização e privatização. Diálogo Educ., Curitiba, v. 7, n. 21, p. 103-123, maio/ago. 2007

_____.. **Trabalho docente, políticas e subjetividade:** ampliando o debate. Relatório de pesquisa, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Prociência, 2006

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I. 33º ed. Rio de Janeiro, Brasil, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

NETTO, J.P; Braz, M.; **Economia política, uma introdução crítica**. 8ª edição. São Paulo. Cortez, 2012.

PASSOS, R. G. **O Trabalho do professor substituto na FSS/UERJ:** limites e impasses frente à precarização. 2014

RICHARDSON, Roberto Jarry**. Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 327p. ISBN: 8522421110.